

VIOLÊNCIA, GÊNERO E URBANISMO: Aspectos Da Dominação Masculina Na Organização Das Cidades

Carolina Frasson Sebalhos¹
Anelis Rolão Flores²
Daniela Cristien S. M. Coelho³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo a investigação da violência contra a mulher a partir da perspectiva crítica-urbanista. Dessa forma, fez-se necessário abordar a agressão sofrida pela mulher através da questão de gênero, apresentando-se a transição entre o matriarcado e o patriarcado, explanando também a violação feminina em suas origens. Nesse sentido, constatou-se que sob o viés urbanístico, o planejamento das cidades é eminentemente masculino, excluindo o público feminino e demonstrando as várias faces da dominação masculina. Concluiu-se que a violência de gênero é apenas uma das nuances do boicote urbanista, onde as mulheres são minoria no planejamento e também não são consideradas como usuárias da cidade. Por fim, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, em investigação qualitativa, através de pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-chave: planejamento das cidades, urbanismo, mulheres.

VIOLENCE, GENDER AND URBANISM: Intrinsic Aspects Of Masculine Domination In The Cities' Organization

Abstract

The objective of this article is to investigate violence against women through a critical-urban perspective. Thus, it was necessary to address the aggression suffered by women through gender issue, presenting the transition between matriarchy and patriarchy, explaining also women's violation in their origins. In this sense, it was verified that under the urbanistic point of view, the planning of the cities is eminently male, excluding the female audience and this demonstration of power is just another bias of masculine domination. It was concluded that gender violence is only one shade of the urbanist boycott where women are minority in the planning also are desconsiderated as users of the city as well. Lastly, we used the method of deductive approach, qualitative investigation, through documentary and bibliographic research.

Keywords: town planning, urbanism, women.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPEL), graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Franciscana (UFN).

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR/UFRGS), mestre em Arquitetura pelo PROPAR/UFRGS, graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), professora assistente na Universidade Franciscana (UFN).

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito na Universidade Federal de Pelotas (PPDG/UFPEL), especialista em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA).

Introdução

Este trabalho tem por objeto a investigação da invisibilidade da mulher a partir da perspectiva crítica-urbanista. Dessa forma, tem como pressuposto a revelação da dominação social por um grupo hegemônico masculino, pois acredita-se que esses participam, quase que exclusivamente, como protagonistas do processo do planejamento e uso urbano, marginalizando o corpo feminino e perpetuando sua exclusão.

Conforme a investigação, a organização familiar antecedente ao desenvolvimento da agricultura e do sedentarismo era matriarcal, momento em que as mulheres eram vistas como seres robustos e capazes de realizar trabalhos árduos. Com a chegada do sedentarismo e a domesticação de animais, surgiu a propriedade privada e, as famílias, antes protegidas pela figura feminina, tornaram-se de responsabilidade do patriarca, dando origem ao termo sociedade patriarcal. Para o clã do marido, o casamento significava antes, a perda do trabalho e dos bens: por isso a organização matrilinear deu lugar aos clãs patrilineares (LEITE, 1994).

A partir do movimento feminista e a gradual inclusão político-social que, mesmo insuficiente, trouxe a previsão de alguns direitos, a mulher, teoricamente, não pertence mais ao homem como um mero objeto. Contudo, o aumento exponencial da violência contra a mulher nas cidades brasileiras demonstra a naturalização das brutalidades que ainda encontram fundamento no sentimento de posse.

No Brasil, ainda que a mulher seja considerada legalmente como destinatária de direitos e deveres iguais, entendida como verdadeiro sujeito de direitos, encontra resistência ao clamar por equidade, persistindo a exigência de submissão e obediência, tanto ao homem quanto ao sistema criado por esse. Utilizando-se dos estudos de alguns autores como Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu, Dolores Hayden e Jane Jacobs, identifica-se que a mulher sempre foi subalterna ao homem e, por isso, há um obstáculo histórico-cultural-social em efetivar direitos que permanecem no dever-ser. No processo de urbanização foram atribuídos espaços para cada gênero, de modo que a rua seria um espaço para os homens e, a rua e o interior controlados para as mulheres. A intenção da organização das cidades, bairros e edifícios era – e ainda é – manter a mulher aprisionada no lar, afastando-a do convívio social e promovendo seu constrangimento físico, social e econômico (BOURDIEU, 2002).

A diferente percepção de cada gênero ao experimentar a segurança na/e a cidade são estratégias que podem ser inseridas no planejamento de espaços públicos levando em conta a vivência das mulheres.

A partir disso, é importante mencionar que os estudos sobre urbanismo moderno e seu planejamento são de autoria masculina, branca e de origem europeia. Nos anos 1980, embora se registre uma progressão na questão de gênero em várias áreas de conhecimento, a produção teórica no que tange ao planejamento permaneceu estagnada, de forma que a teoria é, sem dúvida, imposta por homens e indiferente às questões de gênero.

Nesse ponto, parte da frustração feminina ocorre quando mulheres desafiam as barreiras impostas pelo planejamento urbano, gastando parte de seus dias com sua força de trabalho assalariada. Pontuando também a situação problemática que só pode ser resolvida a partir do desenvolvimento de um novo paradigma da cidade, do bairro e da casa, permitindo a descrição de um projeto físico, social e econômico de um assentamento humano que promove o apoio às mulheres empregadas e suas famílias, ao invés de restringi-las em suas atividades laborais.

Por fim, seguimos a visão de Susan Sontag (1972), Jenijoy La Belle (1988) e

Boaventura de Souza Santos (2011) que através da análise do uso de espelhos explicam a dominação masculina e a discriminação sexual: as mulheres e os homens usam os espelhos de modos diferentes. Os homens usam o espelho de forma utilitária, sem que confundam sua imagem com aquilo que são, já as mulheres têm de si uma imagem mais visual, em busca de identificação com a sociedade que prioriza o narcisismo como algo feminino.

Sontag (1972) e La Belle (1988) sinalizam que as mulheres não têm apenas faces, mas também são seus rostos e corpos, de maneira que a libertação feminina deve ser buscada além do espelho, afirmando a autonomia de conhecer e aceitar nossos corpos. Santos (2011) afirma que os espelhos são conjuntos de instituições, ideologias e normatividades que se materializam nas práticas sociais: em analogia, elencamos o planejamento urbano como um espelho que procura refletir apenas a percepção masculina dos espaços, identificando apenas a práxis social do homem.

É preciso que o planejamento urbano reflita a sociedade como um todo, fortalecendo identidades, resistências, existências e a presença feminina nas cidades: os espelhos da sociedade devem refletir a pluralidade de sujeitos. A proposta desse trabalho, portanto, é perceber, nas minúcias da cidade, como os corpos femininos são controlados e invisibilizados.

Sendo assim, a histórica situação de opressão sofrida pelas mulheres começa muito antes da ausência de isonomia, isso porque o tratamento diferenciado encontra-se já no planejamento urbano das cidades e está enraizado em cada metro quadrado.

Como método, a partir deste trabalho propõe-se um diálogo entre o urbanismo e as questões de gênero, bem como seus pontos de encontro. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, através da investigação qualitativa, uma vez que trata de aspectos que não podem ser quantificados. Quanto aos procedimentos (técnicas), amparou-se na modalidade de pesquisa bibliográfica, uma vez que o presente estudo é de cunho teórico, desenvolvido a partir de livros, artigos, leis, dissertações e teses. *Violência e Gênero: do Matriarcado ao Patriarcado e a Origem da Violação Feminina* O filósofo Theodor Adorno, logo após a Segunda Guerra Mundial, proferiu a seguinte frase: “a poesia tornou-se impossível depois de Auschwitz” (ADORNO, 1999, p.134). A sentença produz uma reflexão diretamente relacionada aos níveis de violência na história da sociedade e a (in)capacidade mundana de recuperar o bem e a beleza após a catástrofe da aniquilação violenta. Nesse mesmo sentido:

a história da humanidade é a história da violência...A violência é multifacetada e atualmente mostra seus diversos rostos. Como processo, ela acompanha o desenvolvimento da história mostrando uma capacidade de adaptação aos novos tempos (RADÜNZ, 2007, p. 39-40).

Na Língua Portuguesa, a palavra “violência” deriva do termo latino *violentia*, surgindo seu radical *violo*, definido como forçar, violar, corromper, ultrajar e maltratar (RADÜNZ, 2007, p.40).

Já, a violência contra a mulher, conforme ensina Tânia Pinafi (2007), é advinda de construção histórica e que, por sua definição, considera-se como “toda e qualquer conduta baseada no gênero”, que possa ou cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, nas esferas pública ou privada. Por outro lado, Rosilene Santiago e Maria Coelho (2007) ressaltam o cruel processo de banalização dessa violência, traçando o percurso que estabelece seu surgimento e a atual naturalização

da agressão investida contra a mulher⁴.

Nessa linha de pensamento, contrapõem-se a mídia que acusa o criminoso, mas também exalta seu crime, reforçando a impunidade dos agressores e a ausência de investigações competentes nos casos de violência contra a mulher. Esse aparato, embora propague uma agenda avessa à violência, não deixa de culpabilizar a vítima pela agressão sofrida (BLAY, 2003).

Resgatando historicamente seu surgimento, a violação feminina tem seu marco inicial após o desenvolvimento da agricultura e do sedentarismo, uma vez que até o dado momento as famílias se organizavam de forma matriarcal, onde as mulheres eram vistas como “um robusto animal, com capacidade para realizar, durante horas, os mais rijos trabalhos e, se preciso fosse, lutar até a morte pela progênie e pelo clã”. (DURANT, 1963 apud LEITE, 1994, p. 24).

Com a chegada do sedentarismo e da domesticação de animais, surgiu o conceito de propriedade privada e, as famílias, que antes eram protegidas pela robusta figura feminina, agora eram de responsabilidade do patriarca⁵, dando origem ao termo de sociedade patriarcal, em que o homem é a autoridade absoluta e a ele todos os direitos são assegurados. Para o clã do marido, o casamento significava, antes, a perda do trabalho e dos bens: por isso a organização matrilinear deu lugar aos clãs patrilineares (MAGALHÃES FILHO, 1993 apud LEITE, 1994).

Nesse sentido, o conceito de família confunde-se com o conceito de posse: não apenas as terras eram pertencentes aos homens, como também sua família e, conseqüentemente, sua esposa. Com a luta e resistência do movimento feminista, o sufrágio e a gradual inclusão político-social que, mesmo insuficiente, trouxe a previsão de alguns direitos, a mulher não pertence mais ao homem, como um mero objeto. Contudo, os crimes advindos de homens aos quais as vítimas têm relação (cônjuge, familiares, conhecidos), há muito são tratados como passionais, sendo apenas mais uma forma de naturalizar essa violência que ainda vem da posse.

No Brasil, ainda que a mulher seja considerada legalmente como destinatária de direitos e deveres igualitários, entendida como verdadeiro sujeito de direitos, ainda encontra resistência ao clamar por equidade, persistindo a exigência de submissão e obediência, tanto ao homem quanto ao sistema criado por esse. Nesse mesmo sentido:

A mulher sempre foi, se não escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap [obstáculo]. Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas

4 Vale ressaltar aqui o conceito de gênero como construção social e ligado aos aspectos sócio-culturais sobre o indivíduo. Então, gênero se difere do sexo biológico e está ligado aos comportamentos, interesses e preferências construídas historicamente pela sociedade patriarcal. Em virtude da extensão deste artigo e a complexidade do tema não será possível aprofundar a discussão sobre os estudos de Simone de Beauvoir, bem como as críticas que foram realizadas por outras autoras feministas, à exemplo de Judith Butler. Reitera-se, contudo, que filiamo-nos ao entendimento de Beauvoir.

5 Também mencionado como “chefe de família”.

castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém chegadas. Ocupam, na indústria, na política, etc., maior número de lugares e postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte do mundo, esse mundo ainda é dos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam (grifo nosso) (BEAUVOIR, 1986, p. 18-19).

A afirmação da autora demonstra a permanência da tradição masculina, não só na história e na organização das sociedades, mas também na sua relação com o mundo. Um mundo que ainda pertence ao olhar masculino, onde até mesmo os espaços urbanos são planejados para a invisibilização da mulher.

A dominação masculina e as amarras invisíveis do urbanismo

A história do urbanismo está ligada à história da industrialização, com a revolução industrial do século XIX as cidades se tornaram centros urbanos, onde as fábricas eram os núcleos desse complexo e os demais serviços eram subordinados à ela. O crescimento vertiginoso de operários das fábricas (êxodo rural), instalados insalubrememente em regiões afastadas do centro urbano, acabou gerando um caos na cidade. Esse caos era considerado por Françoise Choay (2007) um pré-urbanismo, que estava atrelado a questões políticas.

O decurso do tempo trouxe o estudo da cidade em duas frentes: o científico, que pretendia normatizar e organizar as cidades de forma quantitativa em função da sociedade industrial; e, por outro lado, o humanitário, defendendo e demonstrando através de fatos e números as condições de deterioração física e moral em que viviam os proletários urbanos.

Desta forma, o urbanismo foi se “despolitizando”, porém “através da construção de uma história das ideias propostas para os ‘problemas’ das cidades, mostra que, por trás das propostas e racionalizações urbanas, estão escondidas tendências, sistemas de valores e ideologias inconfessadas” (CHOAY, 2007, p. 18).

Ao analisar as teorias urbanísticas vigentes, é impossível deixar de fazer alguns questionamentos no que tange as questões de gênero:

A partir de que perspectiva se tem construído a cidade, a rua, a casa, o local de trabalho e o lazer? No interesse de quem e para que se ordenam as cidades? Que ideologia está por detrás desta “ordem” proposta para as cidades? (VIEIRA e COSTA, 2014, p.10).

Apesar da evolução nos debates sobre o direito das mulheres, desde os anos de 1980, em muitas áreas foram implementados princípios de direitos mais justos e igualitários, como na política, literatura e economia. Porém, é importante mencionar que os estudos sobre urbanismo moderno e seu planejamento são de maior autoria masculina, mas também branca e europeia. Nos anos 1980, embora se registre essa progressão na questão de gênero em várias áreas do conhecimento, a produção teórica no que tange ao planejamento permaneceu estagnada, de forma que a teoria é, sem dúvida, imposta por homens e indiferente às questões de gênero (VIEIRA E COSTA, 2014).

Vieira e Costa (2014), mencionam também qual caminho seguir no planejamento urbano levando em conta essas questões. As autoras acreditam relevante analisar o cotidiano da mulher, como ela se desloca pela cidade, juntamente com sua condição econômica. Afinal, a vida pública e privada da mulher está intrinsecamente relacionada às questões capitalistas e patriarcais.

Sendo assim, a histórica situação de opressão sofrida pelas mulheres começa muito antes da ausência de isonomia, isso porque o tratamento diferenciado nasce com o planejamento urbano das cidades e está enraizado em cada metro quadrado. Assim, conforma-se um espaço de opressão mascarada, em que a vivência de pequenas violências diárias é favorecida pela conjuntura urbana e, conseqüentemente, origina-se um cordão de desigualdades, pois enquanto os direitos dos homens são assegurados, direitos básicos são negados às mulheres.

As mulheres não pertencem e não são bem-vindas nos espaços urbanos, conferindo-lhes tal grau de insegurança em que elas não se sentem confortáveis no exterior de suas casas: não ter segurança ao andar na cidade reflete, também, na sua vida pessoal e profissional. Essa disparidade entre gêneros permite a imposição de comportamentos “culturalmente” definidos como femininos, tal como a formação de uma família, que perpetua a falta de incentivo ao aperfeiçoamento intelectual e o ínfimo reconhecimento na área profissional.

Nesse caso, pode-se mencionar o curso de Arquitetura e Urbanismo, em que mais de 50% da academia é composta por mulheres e, após a graduação, são esquecidas tanto no campo teórico, quanto no prático (ARCHDAILY, 2017). Pequenas violações que acabam colocando as mulheres em situação de vulnerabilidade e esse pensamento de dominação masculina acaba culminando na violência em suas diferentes faces. No mesmo sentido, Pierre Bourdieu (2002, p. 18) explica que a ordem social é “como uma imensa máquina simbólica”, ratificadora da dominação masculina:

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpus e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. [...] é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (grifo nosso) (BOURDIEU, 2002, p. 17-18).

Bourdieu (2002), diz-se surpreso quanto ao modo que a ordem estabelecida “com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças” são mantidas e naturalizadas apesar de intoleráveis. O autor também vê a dominação masculina como o exemplo mais sagaz da submissão paradoxal, resultante da:

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a

suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2002, p.07).

A dicotomia masculino-feminino, notadamente a partir da construção social de gênero, está presente nas esferas, espaços e estereótipos destinados às mulheres e aos homens, identificando um cenário de subalternização feminina e protagonismo masculino. Na esfera pública, local de produção material, o homem ocupa os espaços e detém o estereótipo racional e viril. Já na esfera privada, lugar da reprodução natural, a mulher é a principal vítima do aprisionamento de sua sexualidade dentro das relações familiares, tendo sua imagem construída como um corpo fragilizado e passivo, um “não-sujeito” (ANDRADE, 2012).

Essa (re)produção de simbolismos estruturais sustenta a condição natural da diferença entre o homem e a mulher, caracterizada como distinção biológica. De outro lado, percebe-se que essa diferenciação tem como fator determinante os valores culturais e históricos da sociedade (ANDRADE, 2012).

A dominação masculina também é visível no que tange ao planejamento urbano, como aponta Josep Montaner e Zaida Muxí (2014), em seu livro *Arquitetura e Política*, a estrutura patriarcal cria hierarquias que moldam a construção de gênero, então, “os papéis de gênero são uma definição sociocultural sobre aquilo que é apropriado para cada sexo”. Por conseguinte, o processo de planejamento urbano dá-se com essa visão, e assim faz-se “os espaços atribuídos a cada gênero: a rua para os homens; a rua e o interior controlados para as mulheres” (MONTANER e MUXÍ, 2014, pp.197-201).

Consequentemente, a organização das cidades ficaram fadadas a esse tipo de pensamento de organização, onde as mulheres eram – e ainda são – vistas como designadas ao lar, sendo mantidas afastadas do convívio social e desta forma perpetuando o constrangimento físico, social e econômico da mulher que luta para ser reconhecida também fora do ambiente domiciliar (MONTANER e MUXÍ, 2014). Segundo os autores:

A segurança e a percepção da cidade são muito diferentes para as mulheres e para os homens, de maneira que é importante que se conheçam suas experiências ao planejar espaços públicos. Usos, limites, transparência, visibilidade e iluminação são variáveis que devem ser levadas em conta de acordo com a experiência das mulheres (grifo nosso) (MONTANER e MUXÍ, 2014, p. 208).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Jane Jacobs (2014) critica a dominação masculina no planejamento urbano, por meio do modelo teórico urbanístico moderno criado por Ebenezer Howard, europeu, em 1898, intitulado *Cidade Jardim* (Figura 1). O qual desencadeou a criação de outros modelos com a mesma ideia de a cidade ideal estar separada em funções, como a *Ville Radieuse*, onde “Le Corbusier assimilou a imagem fundamental da Cidade-Jardim, ao menos superficialmente, e empenhou-se em torná-la prática em locais densamente povoados.” Uma Cidade-Jardim vertical (JACOBS, 2011, p. 22).

Além de criar um ideal de população para cada cidade, Howard desenha a cidade separada em suas funções. Deixando assim, as residências e consequentemente, a mulher, distante dos centros comerciais e do trabalho, o que resulta na criação de mais um obstáculo à mobilidade e independência da mulher pela cidade.

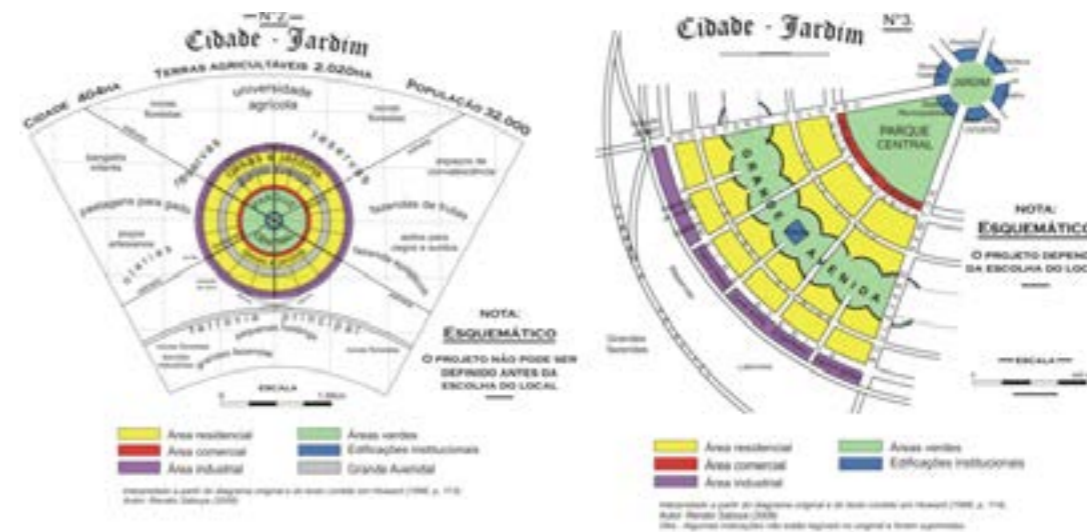


Figura 1: Diagrama Cidade Jardim. HOWARD, 1996.

Jacobs (2014) também critica a dominação masculina entre planejadores e projetistas, que não se atem às necessidades da real população – homens, mulheres e crianças – projetando então, cidades que não consideravam os homens como parte integrante da vida diária familiar, conforme leciona a autora:

Estranhamente, eles criam projetos e planos que desconsideram os homens como integrantes da vida diária e normal de onde quer que haja moradias. Ao planejar a vida residencial, o objetivo deles é satisfazer as pretensas necessidades cotidianas de donas de casa ociosas e criancinhas em idade pré-escolar. Resumindo, eles fazem projetos estritamente para sociedades matriarcais⁶ (grifo nosso) (JACOBS, 2014, p. 91).

Ainda, a autora acrescenta que a tradição imposta pela teoria da Cidade Jardim de localizar o trabalho e o comércio próximo das residências, mas ainda mantê-los afastados, cria uma solução “tão patriarcal quanto situar as residências a quilômetros de distância do trabalho e [consequentemente] dos homens”. Sendo assim, propõe mesclar os locais de trabalho e o comércio junto às residências, isso, quando existe o propósito de incluir a participação masculina no cotidiano familiar “em contraposição aos homens que fazem uma aparição ocasional no parquinho quando tomam o lugar das mulheres ou imitam as ocupações femininas” (JACOBS, 2014, p. 91-92)⁷.

Demonstra-se a falta de interesse dos homens quanto ao funcionamento da cidade para seu público real. Ottoni (HOWARD, 1996) profere a seguinte sentença na introdução de “Cidades-Jardins de Amanhã”:

⁶ Nesse contexto, o termo “sociedade matriarcal” não se refere ao tipo de organização social em que a autoridade é exercida pela mulher. A crítica consiste em identificar a intenção do modelo patriarcal vigente em perpetuar, nos espaços urbanos, a divisão entre os gêneros. Assim, o projeto pensado pelo viés masculino busca restringir as atividades femininas ao cuidado da casa e dos filhos.

⁷ Descrição da Cidade-Jardim por Dacio A. B. Ottoni no livro de Howard “Cidades-Jardins de Amanhã”: “Os diagramas mostram uma cidade circular dividida em seis setores. Estes são delimitados por seis boulevares arborizados com 36m de largura, que se irradiam no Parque Central e se estendem até o perímetro externo, circundado pela ferrovia que, após envolver a cidade, transforma-se em estrada de penetração no ambiente rural. Completam a estrutura viária da Cidade-Jardim, cinco avenidas, também arborizadas, concêntricas ao Parque Central. As terceiras delas, a Grande Avenida, possui largura de 128m por 4,8 km de extensão e é proposta como um grande parque, lembrando a Avenue Foch de Paris com seus 120 metros de largura. Estes boulevares, avenidas e a Grande Avenida mostram que Howard, antítese do pensamento de Haussmann, não deixava de estar atento aos espaços viários obtidos na remodelação de Paris, dando-lhes, no entanto, novos usos e características.” (HOWARD, 1996, p.41).

Após a sua leitura, o conteúdo dessa utopia é rapidamente absorvido e o leitor se conscientiza de que o sonho de viver em habitações individualizadas e envolvidas por ambiente saudável de extenso verde, não é só realizável a custo convidativo, mas também socialmente desejável (HOWARD, 1996, p.45).

Mas o que é “socialmente desejável”? Manter as mulheres afastadas do local de trabalho, e conseqüentemente os homens longe de casa? Quais os tipos de provedores do lar são “socialmente desejáveis”? Podemos aqui fazer o recorte de lares que são mantidos apenas pelas mulheres, como também as exceções onde o homem não possui um/uma conjugue para divisão de tarefas.

Nesse sentido Dolores Hayden⁸ (1980, p.170), refere que a expressão “O lugar da mulher é dentro de casa” tem sido um dos mais importantes princípios de design arquitetônico e planejamento urbano [...] do último século” (tradução nossa). A partir disso, a autora frisa que bairros, cidades e moradias, quando projetadas para que as mulheres permaneçam em suas residências, restringem as mulheres de forma física, social e econômica. Nesse ponto, parte da frustração ocorre quando essas mulheres desafiam as barreiras impostas pelo planejamento urbano, gastando parte de seus dias com sua força de trabalho assalariada (HAYDEN, 1980) (tradução nossa).

Segundo a autora, essa situação problemática só pode ser resolvida a partir do desenvolvimento de um novo paradigma da cidade, do bairro e da casa, permitindo a descrição de um projeto físico, social e econômico de um assentamento humano que promove o apoio às mulheres empregadas e suas famílias, ao invés de restringi-las em suas atividades laborais (HAYDEN, 1980) (tradução nossa).

Hayden (1980) também aponta as dificuldades das mulheres que moram nos subúrbios norte-americanos para se inserirem no mercado de trabalho. E como o slogan “lugar de mulher é em casa” determinou a construção das casas e também desses subúrbios. Essa dificuldade de entrada no mercado de trabalho pelas mulheres também é visto em outros países e cidades em que os bairros são divididos entre residencial e comercial, por exemplo. A autora propõe a organização de grupos de mulheres, donas de casa, feministas e homens conscientes da responsabilidade social como forma de combater a divisão sexista de trabalho, a desparelha distribuição de renda familiar e transformar tantos os lares quanto os bairros em que essas mulheres estavam inseridas.

Esse grupo foi intitulado por Hayden (1980) de HOMES (Homemakers Organization for a More Egalitarian Society) e através da renovação de bairros e novos centros poderia experimentar uma divisão equilibrada de trabalho doméstico, senso de comunidade e níveis de igualdade. Portanto, para o funcionamento das HOMES, a autora mostra necessário:

- 1) Envolver homens e mulheres no trabalho não remunerado associado aos trabalhos domésticos e cuidado com as crianças de forma igualitária e equilibrada;
- 2) Envolver homens e mulheres igualmente no trabalho remunerado;
- 3) Eliminar qualquer tipo de

⁸ Vale aqui ressaltar que em seu texto “What Would A Non-Sexist City Be Like?”, Hayden traz da perspectiva norte-americana a aplicação do patriarcado (e opressão) para o planejamento das cidades, esse contexto pode ser traduzido para outras realidades onde o papel da mulher, enquanto usuária da cidade, fora visto como apenas “esposa”/“dona de casa” e não como real participante da vida ativa da cidade.

segregação de classe, raça e idade dentro das residências; 4) Eliminar programas federais, estaduais ou locais que de forma implícita ou explícita reforça o trabalho não remunerado de mulheres dona de casa; 5) Minimizar o trabalho doméstico não remunerado e o consumo de energia desperdiçado por ele; 6) Maximizar as reais oportunidades para os provedores do lar terem acesso à recreação e sociabilidade (HAYDEN, 1980, p.181) (tradução nossa).

Hayden (1980), afirma que por meio de estabelecimentos experimentais como HOMES, contando com a “arquitetura e a organização econômica transcendendo a tradicional definição de casas, vizinhanças, cidade e lugar de trabalho” é possível fazer a diferença. Em seu texto a autora descreve o funcionamento e os aspectos necessários para o funcionamento desses estabelecimentos, como cuidado diário, serviço de alimentos, serviços para idosos englobados numa produção cooperativa do grupo (HAYDEN, 1980, p.182).

A autora acredita que grupos sociais e feministas deveriam dar prioridade ao combate dessa divisão desparelha do trabalho doméstico entre homens e mulheres. A transformação das mulheres no âmbito da economia privada e do trabalho não remunerado reflete na sociedade e assim podem se tornar parte integrante dela. Hayden (1980), propõe algumas experiências baseadas em tentativas passadas para reformar a própria sociedade estadunidense e prevê uma vasta mudança na mentalidade das mulheres que fazem também o trabalho doméstico, conseguirem de alguma forma se desvencilhar dessa divisão sexista de trabalho.

Quando todas as mulheres reconhecem que estão lutando contra os estereótipos de gênero e a discriminação salarial, quando são necessárias mudanças socioeconômicas e ambientais para superar essas condições, não mais tolerarão moradias e cidades projetadas em torno dos princípios de outra época que proclamam que “o lugar de uma mulher é dentro de casa” (HAYDEN, 1980, p.187) (tradução nossa).

Conclusão

O caminho da violação feminina, sua origem histórica com o fim do matriarcado e sua perpetuação através do planejamento urbanístico das cidades controladas às mulheres demonstra as amarras invisíveis a que estão submetidas. Uma visão sob a perspectiva de gênero é capaz de identificar as minúcias das violações diárias que, pouco a pouco, culminam na invisibilização da mulher como usuária ativa da cidade. Entende-se que o principal contributo deste trabalho determina-se pelo olhar inverso, periférico e subversivo, vez que coloca a temática de planejamento urbano como determinante na subalternização da mulher. Revela-se a importância de enxergar verdadeiramente as amarras que são exercidas sob – nós – as mulheres. O machismo e a dominação masculina, além de demonstrarem total ausência de empatia, imprimem também uma prática de trabalho que não atende às necessidades da população real – mulheres, homens, crianças; ricos, pobres; brancos, negros –, tal comportamento dominante acaba afetando negativamente a todos, inclusive aos próprios homens. Sendo assim, a questão de gênero deve ser discutida ao longo da graduação em arquitetura e urbanismo, assim como em programas de mestrado ou doutorado, pois o curso, desde suas bases, deve formar profissionais com um olhar apurado sobre a realidade social. O boicote desse assunto, que é de total responsabilidade do(a) arquiteto(a) e urbanista, perpetua as hierarquias e alimenta tanto a cultura quanto o planejamento masculino das cidades. Assim, a teoria sempre originará a prática: é

hora de diversificarmos as teorias, realizando a inclusão – também na grade curricular – das possibilidades femininas, negras e não-europeias.

Entretanto, não é apenas o profissional que perde com essa atitude de invisibilização. A mulher que não possui acesso a esse tipo de discussão acaba não enxergando a essas disparidades. Assim, quando terminam a graduação, desaparecem, não por incompetência, mas pelo espaço que já era pequeno para o reconhecimento nos bancos acadêmicos, tornando-se quase nulo no âmbito profissional. Dessa forma, as mulheres são fadadas às arquiteturas de pequeno porte, salvo exceções que, ainda assim, não cobrem sequer a metade das profissionais. Acrescenta-se que há uma deficiência no debate sobre as realidades mundanas. A disparidade entre mulheres e homens no urbanismo é só uma das falhas da academia, considerando-se que a sociologia, a abordagem dos temas voltados às camadas mais pobres e o foco na criação de políticas públicas influenciam diretamente o objeto de estudo da arquitetura: o ser humano.

A arquitetura não se trata apenas de construção, mas de consciência, seja ela política, de gênero ou social. Deve-se dialogar com as ciências exatas, mas também (re) incluir as ciências humanas que vem perdendo espaço gradativamente e culminará na formação de meros projetistas – cadistas –, que não atentam ao ser humano que ocupará aquele local, apenas ao ambiente planejado. Por fim, buscou-se trazer à superfície a história do planejamento urbano e sua predominância masculina, para a partir deste conhecimento conseguirmos transformar as leituras de cidade através de um viés feminista e de um olhar-mulher. Enaltecer, assim, o debate sobre mulheres e lugares urbanos.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. A poesia tornou-se impossível depois de Auschwitz. Entrevista por Carlos Graieb. ANO 32 – Nº 8 – Edição 1586. Revista Veja, 24 de fevereiro de 1999.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Da Criminologia Crítica à Criminologia Feminista: A Violência Sexual, a Mulher e o Feminismo no Controle Penal. In: Vera Regina P. de Andrades. Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão 2ª Reimp., Coleção Pelas Mãos da Criminologia, Cap. 3, pp. 125-157. Rio de Janeiro: Revan 2012.

BARATTO, Romullo. Odile Decq: “Mais de 50% dos estudantes são mulheres, e desaparecem depois de formadas”. 29 Mar 2017. ArchDaily Brasil. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/867980/odile-decq-mais-de-50-percent-dos-estudantes-sao-mulheres-e-desaparecem-depois-de-formadas>. Acesso em: 27 mai 2017.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. Trad. Sérgio Milliet.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. Estud. av. v.17 n.49 São Paulo sep./dic. 2003. ISSN 0103-4014 versão impresa doi: 10.1590/S0103-40142003000300006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006. Acesso em: 17 mar 2017.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Trad. Maria Helena Kühner.

CHOAY, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HAYDEN, Dolores. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. In: Signs, Vol. 5, No. 3, Supplement. Women and the American City, (Spring, 1980), p. S170-S187.

HOWARD, Ebenezer. Cidades-Jardins de amanhã. São Paulo: Hucitec, 1996. Trad.: Marco Aurélio Lagonegro.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. Coleção Cidades. Trad. Carlos S. Mendes Rosa.

LABELLE, Jenijoy. Herself Beheld: The Literature of The Looking Glass. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

LEITE, Christina Larroude de Paula. Mulheres Muito Além do Teto de Vidro. São Paulo: Atlas, 1994.

MONTANER, Josep Maria. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. In: Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

PINAFI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. Revista Histórica, Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 21, 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao21/materia03/>. Acesso em: 17 mar 2017.

RADÜNZ, Roberto. As múltiplas faces da violência no mundo contemporâneo. MÉTIS: História & Cultura, Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v. 6, n.11, jan/jun. 2007. 39-46. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/823>. Acesso: 19 mar 2017.

SANTIAGO, Rosilene Almeida; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A violência contra a mulher: antecedentes históricos. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica (UNIFACS) v.11, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/313>. Acesso em: 19 mar 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SONTAG, Susan. The double standart of aging. In: Saturday Review, n. 23, 1972.

VIEIRA, Claudia Andrade; COSTA, Ana Alice Alcantara. Fronteiras de gênero no urbanismo moderno. Revista feminismos. Vol.2, N.1, abr., 2014.